

# Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 14

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO  
ANFIP

Planeta pobre e desigual (Artigo) ..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Calendário da reforma ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Reflexos tributários do novo Marco Cambial - OPINIÃO JURÍDICA ..... 5

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Grupo de super-ricos pede para pagar impostos maiores ..... 7

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - A SEU SERVIÇO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Concurso para a Receita Federal tem inscrições prorrogadas ..... 8

O ESTADO - FORTALEZA - CE - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Direito à jornada reduzida no serviço público (Artigo) ..... 9

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Processos já julgados podem ser revistos ..... 10

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

AGU pede bloqueio de R\$ 18,5 mi de financiadores dos ataques ..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - EU E FIM DE SEMANA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Um ajuste que será gradual ..... 13

O DIA - RIO DE JANEIRO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuição do MEI sobe para R\$ 65,10 ..... 19

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA  
ECONOMIA

Endividamento recorde ..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Desemprego recua para 8,1% em novembro, menor taxa desde 2015 ..... 21

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA  
ECONOMIA

Lula reforça críticas à autonomia ..... 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Em resposta a críticas, Campos Neto diz que autonomia reduz volatilidade ..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL  
ECONOMIA

Greve contra reforma da Previdência paralisa a França ..... 24



# Planeta pobre e desigual (Artigo)

**Vilson Antonio Romero**

Oportuno e alarmante o alerta da ONG Oxfam International por ocasião do World Economic Forum, na localidade suíça de Davos: o planeta Terra ficou muito mais pobre e desigual na última década.

Congregando 19 organizações, mais de 3.000 parceiros e com presença em quase uma centena de nações, a Oxfam atua na busca de soluções para a mitigação da pobreza, da desigualdade e injustiça sociais, promovendo campanhas, programas de desenvolvimento e ações emergenciais.

No documento intitulado "A Sobrevivência do Mais Rico: Por que É Preciso Tributar os Super-Ricos Agora para Combater as Desigualdades", a organização denuncia que, nos últimos dez anos, o 1% mais rico da população global ficou com cerca de metade de toda a riqueza gerada no mundo. E, em três décadas, pela primeira vez, a riqueza extrema e a pobreza extrema cresceram simultaneamente.

Entre 2020 e 2022, a parcela do 1% mais afortunado abocanhava quase dois terços de toda riqueza gerada: cerca de US\$ 42 trilhões, correspondendo a seis vezes mais do que o total arrecadado por 90% da população global (7 bilhões de pessoas) no mesmo período. Cada rico ganhou cerca de US\$ 1,7 milhão para cada dólar obtido por uma pessoa que está entre os 90% mais pobres do mundo.

Para diminuir, mesmo que modestamente, o abismo que separa ricos e miseráveis, a Oxfam apresenta no relatório três principais recomendações aos governos: medidas extraordinárias, taxa sobre a renda dos super-ricos e imposto sobre patrimônio dos 1% mais ricos. Segundo a ONG, a fortuna conjunta dos bilionários do mundo vem aumentando a uma taxa de US\$ 2,7 bilhões por dia.

Só na tributação desses super-ricos, avaliam os pesquisadores que seria possível arrecadar cerca US\$ 1,7 trilhão com taxa sobre fortunas e, no Brasil caso um conjunto de medidas for adotado, a receita extra chegaria a cerca de R\$ 300 bilhões.

No que diz respeito a nós, a Oxfam Brasil lembrou que 0,3% da população brasileira tem um patrimônio superior a R\$ 10 milhões. E o conjunto de medidas propostas, como regulamentar taxa sobre grandes fortunas e aumentar as alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física para até 40%, além de elevar a faixa de

isenção, taxar dividendos e mudar a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), permitiria ampliar a arrecadação em cerca de 3% do **PIB**.

Ou seja, um grande debate para a anunciada prioridade da **reforma tributária**, que sempre reputamos ser a mãe de todas as reformas se governo, parlamentares, agentes econômicos e sociedade tiverem o equilíbrio na formulação e foco na justiça fiscal com responsabilidade social. Sob pena de seguirmos num país injusto, num planeta pobre e desigual.

Vilson Antonio Romero. Presidente da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal, auditor e jornalista

**Site:** <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# Calendário da reforma

*Kelly Hekally*

O líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE), afirmou, ontem, que o calendário da **reforma tributária** junto ao Congresso será fechado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad - que adiantou, durante a participação no Fórum Econômico Mundial, em Davos, que pretende iniciar, em fevereiro, as negociações para a elaboração do novo arcabouço fiscal, na qual se inserirão as discussões a primeira parte da reforma, relativa aos **impostos** que incidem sobre o consumo.

A **reforma tributária** foi motivo de impasse entre parlamentares e o Ministério da Economia, sobretudo nos anos de 2021 e 2022. Para o segundo semestre, Haddad adiantou que pretende dar início às tratativas para o reajuste na tabela do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF).

Também está parado na Câmara o projeto de lei, já aprovado, que reduz o IR para Pessoas Jurídicas (IRPJ). A proposição foi embargada por antipatia de senadores e falta de consenso para levá-la adiante até mesmo nas comissões.

Na campanha eleitoral, Lula sinalizou o objetivo de isentar de IRPF salários de até R\$ 5 mil. O governo já sinalizou que pode aproveitar as propostas de Emenda Constitucional (PECs) 45 e 110 - que tramitam no Congresso - para dar o pontapé inicial à **reforma tributária**. Tanto Haddad quando o vice-presidente Geraldo Alckmin afirmaram, esta semana, que estão "maduras" para seguirem adiante.

Guimarães disse, também, que não há intenção de Lula de pautar Reforma Administrativa - que vinha sendo proposta pelo ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, e sofria resistência do funcionalismo federal.

# Reflexos tributários do novo Marco Cambial - OPINIÃO JURÍDICA

**Bruno Santo e Milton Schivitaro**

No final de 2022 foram publicadas diversas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen) contendo as novas normas cambiais e de capitais internacionais (capital estrangeiro no Brasil e capitais brasileiros no exterior), de forma a regulamentar a Lei nº 14.286/2021 (i.e. o novo marco cambial). Dentre as diversas mudanças, algumas têm interesse especial nos seus efeitos tributários. Talvez a mais impactante seja a Resolução BCB nº 277, de 31 de dezembro de 2022, que tratou do mercado de câmbio, da remessa e do ingresso de recursos no país. Atualmente as empresas enfrentam um desafio enorme ao efetuar remessas para o exterior, principal mente por serviços, software e reembolso para empresas do grupo. O desafio se dá em função da complexa tributação incidente nas operações, que, a depender da natureza e fundamentação pode ser zero ou até superar 45% (com IRRF, PIS/Cofins, ISS, Cide e IOF).

Além da complexidade em qualificar tributariamente a operação, isto é interpretar a **legislação tributária**, os documentos/natureza da transação e definir como pagar os **tributos**, os contribuintes muitas vezes devem conjugar isso com a interpretação dada à operação pelas instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio, que efetivamente fazem a remessa. Na prática, essa situação se torna ainda pior ante um extenso rol de códigos cambiais que não raro não se adequa à natureza das transações. Tudo isso acarreta, geralmente, o enquadramento da remessa em códigos genéricos, distantes da realidade contratual e negociada da transação e com tributação superior. Em meio a esse cenário, a Resolução BCB 277/22 trouxe duas importantes mudanças que podem mitigar parte desses problemas: a) a classificação da operação, que se torna responsabilidade do cliente (i.e. a empresa que contrata a instituição para efetuar a remessa), bem como a previsão de que será da instituição a responsabilidade por avaliar quais informações e documentos com probatórios deverão requisitar ou dispensar; e b) amplitude menor de códigos para classificação das operações, bem como notas explicativas mais precisas sobre os códigos.

Isso pode ter efeito positivo, reduzindo a burocracia e morosidade enfrentada hoje em dia pelas empresas. E ainda, essas mudanças conferem o direito do cliente

eleger a classificação conforme a sua própria interpretação da natureza da remessa (ao invés de simplesmente ser obrigado a aceitar a classificação feita pela instituição) e dão mais oportunidades de enquadramento, em função dos novos códigos. Por outro lado, embora tenhamos mudanças positivas, a Lei nº 14.286/2021 manteve a previsão de que as remessas para o exterior a título de lucros, dividendos, juros, amortizações, royalties, assistência técnica científica, administrativa e semelhantes dependem de comprovação do pagamento do Imposto de Renda. Ao manter tal previsão, a responsabilidade tributária das instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio permanece.

Atualmente essa regra de responsabilização tributária incentiva os operadores de câmbio a manter interpretações muitas vezes excessivamente conservadoras em torno da classificação das remessas, na busca por categorias com maior pagamento de **tributos**, mesmo quando isso vá em sentido contrário à real natureza da operação. Espera-se que haja uma melhoria em relação ao sistema atual, que até então encontrava-se baseado em legislações antigas e desatualizadas. Exemplo disso são os reembolsos, que não deveriam ser tributados, mas comumente são classificados como serviços tributados. Da mesma forma, as remessas referentes a licenças de software, principalmente com as aplicações de software as a service (os reembolsos ganham código próprio na nova classificação) também são classificadas erroneamente como remessas de serviços.

Então, uma leitura atenta ao novo modelo de codificação das operações cambiais com o foco tributário será relevante. Indiretamente, a Lei nº 14.286/2021 alterou algumas normas de dedutibilidade no IRPJ/CSLL de royalties pagos pelo uso de patentes de invenção, processos e fórmulas de fabricação, pelo uso de marcas (de indústria ou comércio) e os pagamentos por assistência técnica, ao deixar de exigir que os referidos contratos sejam registrados no Bacen.

Nas normas até agora em vigor, tais pagamentos, quando feitos a empresas no exterior que detenham controle direto ou indireto da empresa brasileira deveriam ser registrados perante o INPI e o Bacen. Agora, com o fim do registro no Bacen, basta o

registro no INPI para a dedutibilidade. Na mesma linha, em função da mudança na redação do artigo 9o e da revogação dos artigos 10 e 11 da Lei 4.131/1962 pela Lei nº 14.286/2021, os royalties mencionados acima que não sejam pagos a empresas do grupo, e que antes também tinham sua dedutibilidade fiscal vinculada ao registro no Bacen, passam a ser plenamente dedutíveis sem a necessidade do registro, em que pese a ausência de revogação expressa do artigo 71, parágrafo único, alínea "f", item 1 e alínea "g", item 1, da Lei nº 4.506/1964.

Existem ainda outros aspectos que podem ter impactos tributários, como a definição do conceito de residente c não residente, a possibilidade de contas no Brasil em moeda estrangeira e o término da exigência de operações simultâneas de câmbio para fins meramente regulatórios. O fato é que ao longo de 2023, na medida em que ocorra a consolidação das normas, as empresas sentirão os efeitos da nova regulamentação e o que se espera é que haja uma melhoria em relação ao sistema atual, que até então encontrava-se baseado em legislações antigas e desatualizadas.

Bruno Santo e Milton Schivitaro são, respectivamente, sócio da área Tributária Consultiva do Finocchio Ustra Advogados e advogado especialista da área Tributária Consultiva do escritório Finocchio Ustra Advogados Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# Grupo de super-ricos pede para pagar impostos maiores

Um grupo de 205 super-ricos, incluindo pessoas como ator Mark Ruffalo, o Hulk dos filmes da Marvel, e Abigail Disney, herdeira da Disney, pediu aos governos que aumentassem os **impostos** que eles mesmos pagam como forma de diminuir a desigualdade, ajudar as economias e melhorar a qualidade das democracias.

Em uma carta aberta, o grupo, que se autodenomina "Milionários Patriotas", pediu aos líderes mundiais e executivos de negócios que estão reunidos no Fórum Econômico Mundial, em Davos, na Suíça, para introduzir taxas sobre os super-ricos com urgência, como forma de atacar a "extrema desigualdade". Os signatários são de 13 países diferentes - não há nenhum brasileiro na lista.

"A história das últimas cinco décadas é a história da riqueza indo para nenhum lugar além de para cima. Nos últimos anos, essa tendência se acelerou muito. A solução é simples para todos verem. Vocês, nossos representantes globais, devem tributar a nós, os super-ricos, e devem começar agora", afirmaram, em uma carta aberta aos líderes globais, que pode ser lida na íntegra aqui (em inglês). "A falta de ação atual é bastante preocupante.

Um encontro da 'elite global' em Davos para discutir 'cooperação num mundo fragmentado' não tem sentido se vocês não atacam a raiz da divisão", prosseguem. "Defender a democracia e construir a cooperação requer ações para construir economias mais justas agora - não é um problema que pode ser deixado para nossos filhos resolverem. Agora é a hora de enfrentar a riqueza extrema; agora é a hora de tributar os super-ricos", afirmam os signatários. Segundo os 'Milionários Patriotas', a falta de ação para diminuir a desigualdade pode levar a catástrofes.

"Há um limite para o estresse que qualquer sociedade pode suportar, de apenas quantas vezes mães e pais veem seus filhos passarem fome enquanto os super-ricos contemplam sua crescente riqueza. O custo da ação é muito mais barato do que o custo da inação - é hora de fazer o trabalho", afirmam, antes de dizer que taxar a riqueza é o certo a se fazer pelo bem comum e por um futuro melhor e finalizar a carta questionando os líderes sobre o que ou quem os impede de tomar essa ação.

De acordo com pesquisa da ONG Oxfam, que luta contra a desigualdade em 21 países, um imposto anual de até 5% sobre a riqueza dos super-ricos poderia arrecadar US\$ 1,7 trilhão por ano (R\$ 8,68 trilhões), o suficiente para tirar 2 bilhões de pessoas da pobreza e financiar um plano global para acabar com a fome.

De acordo com o mesmo estudo, também apresentado em Davos, 63% da riqueza criada desde o início da pandemia foi para o 1% mais rico do mundo, e foi a primeira vez em 25 anos que o aumento na extrema riqueza foi acompanhado de um crescimento também na extrema pobreza.

**Site:**

<https://digital.maven.com.br/pub/oliberaldigital/index.jsp?serviceCode=login>

# Concurso para a Receita Federal tem inscrições prorrogadas

## FOLHAPRESS

As inscrições para o concurso público da **Receita Federal** foram prorrogadas até as 10h do dia 25 de janeiro, segundo edital de retificação publicado nesta quinta (19) no site da FGV (Fundação Getúlio Vargas). Inicialmente, a organizadora havia estabelecido que as inscrições terminariam às 10h desta quinta.

São 699 vagas, sendo 469 para analista tributário e 230 para auditor fiscal. As remunerações iniciais são de R\$ 11.684,39 e R\$ 21.029,09, respectivamente. Para participar é preciso registrar a inscrição pelo site do concurso e pagar a taxa de R\$ 115, para o cargo de analista tributário, ou de R\$ 210, para o cargo de auditor fiscal.

Com o prazo ampliado, a taxa de inscrição precisará ser paga até, no máximo, o dia 26. Além disso, o Darf (documento de arrecadação) só poderá ser emitido até as 10h do dia 26. Caso o pagamento não seja feito no prazo, a inscrição será cancelada, segundo informações do edital.

O candidato que desejar concorrer as vagas reservadas as pessoas com deficiência deverá marcar a opção no link de inscrição e enviar o laudo médico específico até as 10h do dia 25. A relação dos candidatos que tiverem a inscrição aceita para concorrer como pessoas com deficiência está prevista para ser divulgada em 8 de fevereiro de 2023. A previsão da organizadora do concurso é que a relação de candidatos negros que poderão concorrer às vagas reservadas também seja divulgada no dia 8 de fevereiro.

Este é o primeiro ano em que a FGV (Fundação Getúlio Vargas) será a organizadora do concurso da **Receita Federal**. Mais informações sobre este concurso da **Receita Federal** podem ser obtidas pelo telefone 0800-2834628 e pelo e-mail [concursofb22@fgv.br](mailto:concursofb22@fgv.br).

## PARA ENTENDER

O CONCURSO PRIMEIRA FASE Prova objetiva: Terá 140 questões, sendo 80 de conhecimentos básicos e 60 de conhecimentos específicos para o cargo de auditor fiscal; 70 de conhecimentos básicos e 70 de conhecimentos específicos para o cargo de analista

tributário Prova discursiva: Terá duas questões de conhecimentos específicos para o cargo de auditor fiscal e uma questão de conhecimento específico para a seleção de analista tributário Pesquisa de vida pregressa: Analisa o perfil do candidato nos âmbitos social, funcional, civile criminal, além de possível incompatibilidade para exercer o cargo As duas primeiras etapas serão de caráter classificatório e eliminatório e serão realizadas em todas as capitais do país. A última, de caráter apenas eliminatório, será online. Serão eliminados candidatos que: Acertarem menos que 50% das questões básicas ou específicas da prova objetiva Zerarem alguma das disciplinas abordadas na prova objetiva Deixarem as questões discursivas em branco ou ilegíveis; Forem classificados como não recomendados na pesquisa de vida pregressa

SEGUNDA FASE Curso de formação profissional: O curso de formação será realizado a distância, de forma online e contará com uma semana de integração presencial dos candidatos. As provas serão aplicadas presencialmente nas cidades de Brasília, Manaus, Recife, São Paulo e Curitiba e a alocação levará em consideração a preferência do inscrito e a ordem de classificação Mais informações sobre este concurso da **Receita Federal** podem ser obtidas pelo telefone 0800-2834628 e pelo email [concursofb22@fgv.br](mailto:concursofb22@fgv.br).

## Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2357#book/55>



# Direito à jornada reduzida no serviço público (Artigo)

**MARCO PRAXEDES ANALISTA JUDICIÁRIO-TJ/CE**

Uma importante decisão tomada no âmbito dos tribunais superiores beneficiará centenas de pessoas que labutam no serviço público nacional. Através do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.237.867, deliberação apreciada em sessão virtual com repercussão geral (Tema 1.097), os integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) entenderam de forma unânime que todos os agentes públicos brasileiros, seja no campo federal, estadual ou municipal, possuem o direito a jornada de trabalho reduzida para tratar de cônjuge, filho ou dependente portador de irrefutável deficiência, caso haja comprovadamente a necessidade de cuidados especiais e constantes, sem qualquer exigência de compensação de horário ou prejuízo dos vencimentos mensais. Nesse aspecto, a inteligência do veredito gerou cristalina paridade entre os três níveis de atuação do serviço público.

Todavia, é prudente ressaltar que a matéria já possuía respaldo normativo, encontrando tutela no art. 98, § 2º e 3º da Lei nº 8.112/90, espécie que trata do regime jurídico dos **servidores públicos** civis federais. O ineditismo resultante da observação do acórdão foi o alargamento do direito aos quadros estaduais e municipais, estendendo por analogia a interpretação benéfica do regramento às demais unidades federativas do país, mesmo que inexistia previsão legislativa específica nos estatutos funcionais. De acordo com o voto do relator do processo, Ministro Ricardo Lewandowski, o princípio da igualdade material ou substancial previsto na Constituição Federal de 1988, no Decreto Legislativo nº 186/2008 e no Decreto nº 6.949/2009 (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD) legitima a exegese contida na decisão prolatada, dando fidedigno cumprimento às garantias fundamentais esculpidas no Texto Maior, sobretudo àquelas relacionadas ao cenário do direito à saúde, da dignidade da pessoa humana e do melhor interesse da criança. A busca obstinada pela igualdade real além da concepção jurídico-formal, enquanto fundamento do regime democrático, desagua no tratamento uniforme dos atores sociais, equilibrando as forças da desigualdade, símbolo do intervencionismo estatal a fim de proteger os grupos menos favorecidos. O encargo da fiscalização recai sobre o legislador que, ao verificar assimetrias no plano fático, deve providenciar os ajustes necessários, corrigindo as

distorções historicamente construídas.

Caminhou bem a Suprema Corte ao sustentar direitos iguais à um padrão de vida familiar adequado e à melhoria permanente das condições humanas de coexistência. O esforço da uniformização de entendimentos universais, através da fixação de teses jurisdicionais, é benéfico e salubre, pois além de evitar que ocorrências semelhantes apresentem desfechos opostos, possibilita a mudança de comportamento na coletividade sem precisar substituir a estrutura formal do sistema, estimulando a realização de ações governamentais dos poderes instituídos visando o desfrute pleno dessas conquistas qualitativas anunciadas, originando uma conversão de interesses não sistematizados em busca da construção do bem estar coletivo, próximo estágio da convivência em sociedade. Nessa atmosfera, entre acertos e desacertos, a nova era surgirá, compatível com os sonhos aspirados.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/digital/20-01-2023-edicao24488/>

# Processos já julgados podem ser revistos

**MICHELLE VALVERDE**

A decisão a ser tomada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a coisa julgada em matéria tributária pode trazer insegurança jurídica e aumento dos custos para os contribuintes. A ação em tramitação e que, até o momento, segue com tendência de aprovação pelo STF, fará com que processos já julgados e que não cabem mais recursos possam ser alterados.

Com isso, empresas que tiveram processos ganhos podem ter que voltar a pagar os **tributos**.

A advogada Nicolli Anversa Colli, do escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink, explica que um processo, seja tributário ou não, chega a um ponto onde não se pode mais recorrer da decisão, então se tem o trânsito em julgado ou coisa julgada. "Ou seja, a decisão tomada não pode ser alterada.

Não se pode recorrer dela.

Em casos muitos específicos, se comprovado fraude, por exemplo, você tem no máximo dois anos para recorrer", ressalta.

Especialmente em processos tributários, a coisa julgada é muito importante.

Isso, segundo Nicolli, porque com a decisão favorável para o contribuinte a cobrança do tributo será diferente, o que interfere no planejamento da empresa e nos custos. "Essa segurança da coisa julgada, da segurança jurídica, pode ser perdida caso o STF decida que efeitos de coisa julgada podem ser modificados", alerta.

O receio é que haja quebra automática das decisões no Recurso Extraordinário nº 949.297 (Tema 881), que discute se uma resolução do STF proferida em sede de controle concentrado - por exemplo, no julgamento de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) - interrompe automaticamente os efeitos de coisa julgada.

"Ou seja, ele vai definir se as decisões do STF sobre constitucionalidade das normas podem ser aplicadas para casos já julgados anteriormente, que não cabiam mais recursos. Vamos supor que depois do trânsito em

julgado e com a decisão que fala que não é preciso recolher um tributo, vem o STF, em ação direta de inconstitucionalidade, e fala que o tributo é devido. A questão é: a decisão é aplicada a todas as pessoas, inclusive a aquela que já tem a decisão favorável em julgado, ou estas pessoas estão seguras?", questiona a especialista.

Nicolli ressalta que no julgamento virtual do Tema 881, que começou em maio de 2022, a maioria dos ministros entendeu que a decisão de (in)constitucionalidade proferida em sede de controle concentrado cessa automaticamente os efeitos de decisões anteriores com trânsito em julgado. O julgamento vai ser reiniciado de forma presencial.

Caso a decisão seja favorável, todos os setores serão afetados. "O efeito imediato é que todo mundo que teve decisão julgada e que conseguiu a desoneração, pode ter a decisão revogada pelo STF e passará a pagar o tributo, aumentando os custos e, em caso de empresas, pode até mesmo impactar nos preços dos produtos", adverte.

Outro ponto importante a ser acompanhado, caso seja aprovada a decisão, é se o pagamento do tributo será retroativo ou não. "Na minha concepção eles não podem cobrar retroativamente porque estava assegurado de que não precisaria recolher o tributo.

O certo, caso aprovado, seria cobrar somente após a decisão.

Mas isso vai depender da modulação da decisão", pondera a advogada.

Migração deverá ser feita até o dia 31

As micro e pequenas empresas (MPEs) optantes pelo Simples Nacional que tenham tido queda significativa no orçamento, abaixo de R\$ 81 mil no ano de 2022, e microempreendedores individuais (MEIs) que foram excluídos no ano passado por irregularidade fiscal/cadastral têm prazo até o dia 31 de janeiro para solicitar as mudanças no site do Simples Nacional. Já quem é MEI e quer migrar para a categoria de "MEI Caminhoneiro", também tem o mesmo prazo, mas o pedido deve ser feito no próprio Portal do Empreendedor.

No caso de microempresas ou empresas de pequeno porte, que tiveram faturamento bruto inferior a R\$ 81 mil no ano passado, que tenham até um empregado e

não tenham filial nem sócios, ao solicitar o enquadramento no Sistema de Recolhimento em Valores Fixos Mensais dos **Tributos** (Simei), a empresa permanece no Simples Nacional, porém, muda o porte do negócio e, conseqüentemente, a categoria de tributação, passando a ser microempreendedor individual (MEI).

"Essa alteração pode ajudar a reduzir a carga tributária de muitas empresas que registraram queda no faturamento em 2022 ou que esperam uma redução significativa no orçamento em 2023. Mas para fazer essa solicitação é importante estar com as certidões negativas atualizadas, não ter débito com a Fazenda e, ainda, atuar em uma das ocupações permitidas como MEI", explica a analista do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais (Sebrae Minas) Laurana Viana.

Em relação a MEI excluídos em 2022, por regularidade fiscal ou cadastral, que têm as condições exigidas para continuar nessa categoria tributária-, poderão se reenquadrar no Simei desde que consigam regularizar a situação da empresa até o último dia de janeiro. O benefício não é válido para MEI que foram excluídos por falta de pagamento de seus **tributos**, ou seja, que estão em dívida com a **Receita Federal**.

"Para reenquadrar no Simei, a pessoa precisa ter o faturamento anual de R\$ 81 mil, atuar em uma das ocupações permitidas como microempreendedor individual e cumprir as demais obrigações da figura jurídica previstas na legislação", afirma Laurana Viana.

Já microempreendedores individuais que atuam como caminhoneiro de carga não perigosas municipal, intermunicipal e interestadual, e transportador de mudanças também terão até 31 de janeiro para solicitar a alteração para a categoria "MEI Caminhoneiro".

"Essa mudança beneficia MEI que prevêem um faturamento maior que R\$ 81 mil por ano. Ao migrar para "MEI Caminhoneiro" o limite da receita bruta anual passa a ser de até R\$ 251,6 mil", justifica a analista do Sebrae Minas.

Para as pessoas que tiverem dúvidas sobre o processo de adesão e reenquadramento ao Simei, o Sebrae Minas disponibiliza atendimento gratuito pelo 0800 570 0800 ou em uma de suas agências espalhadas pelo Estado - os endereços estão disponíveis no site [www.sebraemg.com.br](http://www.sebraemg.com.br).

[sebraemg.com.br](http://sebraemg.com.br) . (ASN)

**Site:** <https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-20-01-2023-2/>

# AGU pede bloqueio de R\$ 18,5 mi de financiadores dos ataques

**Constança Rezende FOLHAPRESS**

A AGU (Advocacia-Geral da União) pediu que o valor de bloqueio de bens de pessoas físicas e empresas que estariam envolvidas nos ataques golpistas aos prédios dos três Poderes suba para R\$ 18,5 milhões.

A requisição foi feita por meio de ação cautelar protocolada pelo órgão, responsável pela representação jurídica do governo, nesta quinta-feira (19), na Justiça Federal do Distrito Federal.

A AGU justificou que o acréscimo considera relatórios da subchefia para assuntos jurídicos da Presidência da República, que estimou danos de R\$ 7,9 milhões ao patrimônio do Palácio do Planalto, e do STF (Supremo Tribunal Federal), que calcula em R\$ 5,9 milhões os prejuízos em seu edifício. Segundo o órgão, a nova quantia também é um valor atualizado dos danos estimados pela diretoria-geral da Câmara dos Deputados, que informou ser R\$ 1,1 milhão. A quantia não incluiria a restauração das obras de arte danificadas e a destruição e subtração de presentes protocolares "cujo valor é inestimável".

"Nesse contexto, ante informações supervenientes, constata-se que o dano mínimo estimado se encontra subdimensionado, motivo pelo qual a União vem a juízo requerer o aditamento da inicial para alterar e acrescer novo elemento a causa de pedir e novo pedido atinente à majoração do dano outrora estabelecido como parâmetro para a concessão da cautelar patrimonial", diz o documento. A AGU havia pedido inicialmente o bloqueio de R\$ 6,5 milhões em bens de 52 pessoas e sete empresas que financiaram o fretamento de ônibus para os atos.

Na ocasião, o juiz federal Francisco Alexandre Ribeiro acolheu integralmente os pedidos, afirmando ser "absolutamente plausível" que os envolvidos "concorreram para a consecução dos vultosos danos ao patrimônio público, sendo passíveis, portanto, da bastante responsabilização civil". Ficou decidido que a quantia deveria ser utilizada para reparar danos causados pela depredação de patrimônio público em caso de posterior condenação.

O magistrado destacou que, mesmo em reuniões e manifestações populares lícitas, há o risco de que os ânimos individuais se exaltem e provoquem o

chamado "efeito manada" e que seria previsível que o encontro de milhares de manifestantes com uma pauta "exclusivamente raivosa e hostil" ao resultado das eleições pudesse descambar para "práticas concretas de violência e de depredação." Também foi determinada a notificação do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários, das superintendências de Seguros Privados e Nacional de **Previdência Complementar**, cartórios, capitânias dos Portos, do Departamento Nacional de Trânsito e da Agência Nacional de Aviação, para as providências necessárias ao bloqueio dos bens e direitos dos suspeitos.

A lista de alvos, segundo a AGU, foi elaborada com o auxílio da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

**Site:**

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=2357#book/55>

# Um ajuste que será gradual

**Fernando Haddad classificou o déficit primário deste ano, estimado em R\$ 231,5 bilhões, como "absurdo"**

O anúncio das primeiras medidas do "plano de voo" da equipe econômica do novo governo era esperado para o início da semana passada, mas acabou adiado devido aos atos de vandalismo em Brasília no domingo 8. Na quinta-feira 12, enfim, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou o pacote com o qual pretende reduzir o déficit primário deste ano, estimado em R\$ 231,5 bilhões e classificado pelo próprio ministro como "absurdo".

O pacote busca melhorar a situação fiscal do governo, principalmente por meio do aumento de receitas. Muitas fichas são colocadas na resolução de conflitos tributários, como o incentivo à denúncia espontânea no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o programa Litígio Zero, que renegocia dívidas de pequenas empresas e pessoas físicas. O governo pretende também aproveitar créditos do ICMS e reverter desonerações feitas no ano passado, sobretudo do PIS/Cofins de combustíveis.

Se todas as medidas atingirem o impacto esperado, o governo chegaria a um superávit primário de R\$ 11,13 bilhões. Mas o próprio ministro se encarregou de afirmar que não espera chegar tão longe. No cenário mais provável, o déficit ficaria entre R\$ 90 bilhões e R\$ 100 bilhões, ou cerca de 1% do **PIB**.

Pairavam dúvidas sobre o compromisso do novo governo com o equilíbrio fiscal desde o ano passado, quando Lula afirmou, em novembro, que o teto de gastos era uma tentativa de "desmontar tudo que é da área social". A declaração motivou uma carta aberta assinada pelos economistas Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central; Pedro Malan, ex-ministro da Fazenda; e Edmar Bacha, ex-presidente do BNDES, todos atualmente conselheiros do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri). O trio declarou apoio às "preocupações sociais e civilizatórias" de Lula, mas apontou que "quando o governo perde o seu crédito, a economia se arreventa. Quando isso acontece, quem perde mais? Os pobres".

Na semana seguinte, a carta foi respondida, também em forma de missiva, por outro grupo de economistas: Luiz Carlos Bresser-Pereira, ex-ministro da Fazenda; José Luis Oreiro, da Universidade de Brasília (UnB); Luiz Fernando de Paula, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Luís Carlos Magalhães, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); e

Kalinka Martins, do Instituto Federal de Goiás. O grupo afirmava que o teto de gastos não trouxe garantia de disciplina fiscal, uma vez que o governo de Jair Bolsonaro pôde fazer despesas de quase R\$ 800 bilhões além desse limite.

O Valor conversou com três dos signatários das cartas sobre as medidas já anunciadas, a composição da equipe econômica e a expectativa para as próximas iniciativas. De acordo com Arminio, o governo eleito vinha externando posições "muito preocupantes", com "sinais de retrocessos na Previdência, nas relações trabalhistas, no marco do saneamento, no uso de bancos públicos, no uso e abuso da Petrobras". Porém, "o ministro Haddad deu uma freamento de arrumação que é importante", afirma.

Segundo Oreiro, ainda que o governo consiga zerar o déficit primário, ainda faltará muito para conseguir sustentabilidade fiscal, estabilizando ou reduzindo a relação dívida/**PIB**, porque em cenário de Selic alta, o aumento do gasto com juros supera o esforço fiscal. "É complicado estabilizar a dívida olhando só para a despesa primária", lamenta.

Para De Paula, a economia em desaceleração torna delicada a tentativa de fazer um ajuste fiscal acelerado demais. "Isso poderia repetir 2015, quando o governo não conseguiu fazer seu ajuste rápido porque a desaceleração se aprofundava, reduzindo as receitas", alerta. O mercado projeta que, de um crescimento de 3% no ano passado, o Brasil vai passar a apenas 0,8% neste ano.

O pacote de Haddad foi recebido com uma reação positiva nos mercados. O anúncio foi interpretado como um primeiro gesto na direção da sustentabilidade fiscal, enquanto o governo ganha tempo para formatar um projeto mais amplo. Para este ano, são esperadas iniciativas como a retomada da **reforma tributária**, a revisão da eficiência das políticas públicas, a cargo do Ministério do Planejamento, e principalmente o anúncio de uma nova regra fiscal, em substituição ao teto de gastos.

Essas medidas são necessárias caso se pretenda colocar a trajetória da relação dívida/**PIB** em queda. Na semana passada, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre) calculou que só para estabilizar essa relação até o fim da década seria preciso chegar a um superávit primário de 1,5% do **PIB** a cada ano.

O Valor também conversou com Manoel Pires, pesquisador do Ibre. Ele diz que o pacote do Ministério da Fazenda expressa um contexto em que se combinam, de um lado, a necessidade de apresentar uma fonte de financiamento para o aumento de gastos previsto pela PEC da transição e, de outro, uma "mudança de paradigma na condução do ajuste fiscal", em que ele "tem que vir com um equilíbrio diferente de despesas e receitas". Leia trechos das entrevistas nas páginas seguintes.

-

"Uma freada de arrumação importante"

O ex-presidente do Banco Central Arminio Fraga vê com bons olhos "o início de um trabalho difícil" do ministro Fernando Haddad, da Fazenda:

Valor: Que impressão lhe causou o anúncio das primeiras medidas fiscais do ministro da Fazenda?

Arminio Fraga: Eu diria que foi um bom primeiro passo. Achei correto o ministro reconhecer que nessas medidas tem muita incerteza e muitas receitas que não são recorrentes. Em prazo mais longo, é preciso um ajuste até maior do que o anunciado, que vá além do controle da dinâmica de crescimento da dívida pública. Se o país quer atingir seu potencial, trabalhando nos grandes temas da desigualdade e da falta de oportunidade, e de temas macroeconômicos como a produtividade, precisamos repensar o direcionamento geral do gasto público. É um trabalho que vai levar tempo.

Valor: Há algo a destacar nessas primeiras medidas?

Arminio: Tem dois aspectos importantes, para além das medidas anunciadas. Primeiro, a manutenção do aumento do salário mínimo já concedido, portanto o abandono da ideia de dar um novo aumento. Isso mostra bom senso. O segundo ponto é a recuperação do Cadastro Único, eliminando distorções introduzidas no Auxílio Brasil. Não só porque esse foi um gasto que não passou por um crivo de prioridades. Mas também por causa da qualidade da política social, já que as pessoas estavam se recadastrando individualmente para receber mais. Corrigir isso é importante.

Valor: As medidas pendem para o aumento de receitas. Poderia ser feito mais do lado do gasto?

Arminio: Do lado do gasto, onde tem dinheiro? Na Previdência, na folha de pagamentos e nos regimes especiais de imposto de renda. O dinheiro está ali e é muito. Quero crer que isso vai entrar em discussão. Principalmente a parte do IR. Seria absurdo um governo do PT não mexer nele. Do lado fiscal, é claro

que o que se obtiver vai ser dividido com estados e municípios. A relação federativa está meio chacoalhada depois da desoneração do ICMS, no ano passado.

Valor: Se o ajuste chegar ao máximo estimado, embora o ministro considere improvável, o BC pode ser levado a começar mais cedo o ciclo de baixa da Selic?

Arminio: Poder, pode. Se ocorrer, por exemplo, uma valorização do câmbio, que hoje embute um prêmio de risco razoável.

Valor: Um ajuste de 2% do **PIB** pode ter impacto no crescimento?

Arminio: Acho que teria um impacto altamente positivo. Foi assim em 1999, quando houve um ajuste de 4 pontos, até mais, e o **PIB** cresceu bem durante vários trimestres. A experiência oposta foi no governo Dilma, que fez uma mega expansão e legou uma recessão enorme. Agora, o Brasil tem a perspectiva de um conjunto de boas notícias, na área ambiental, por exemplo, que poderia colocar a economia em trajetória de crescimento acelerado.

Valor: No ano passado, o sr. assinou uma carta ao presidente Lula alertando sobre o perigo da irresponsabilidade fiscal. Essas primeiras semanas indicam mais comedimento?

Arminio: As posições que o governo eleito vinha externando eram extremamente preocupantes. Uma atitude raivosa em relação aos temas de responsabilidade fiscal, sinais de retrocessos na Previdência, nas relações trabalhistas, no marco do saneamento, no uso de bancos públicos, no uso e abuso da Petrobras. Muita coisa. Agora, o ministro Haddad deu uma freada de arrumação que é importante.

Valor: Na primeira semana no ano, declarações do ministro da Previdência, Carlos Lupi, sobre uma "antirreforma" previdenciária foram desautorizadas pela Casa Civil. É um sinal de ruído?

Arminio: Como dizem os americanos, só temos uma chance de causar uma boa impressão. Houve essa correção, mas já havia ficado a imagem de que era isso que queriam fazer. Por isso vejo as medidas de Haddad com bons olhos. É o início de um trabalho difícil.

Valor: Qual é sua expectativa para o novo arcabouço fiscal?

Arminio: Não existe um modelo único que funcione,

mas algumas coisas têm que estar presentes. A relação dívida/**PIB** não pode seguir crescendo, então tem que ter algum mecanismo de controle. Aí, alguma flexibilidade é inevitável e desejável, mas precisa ter mecanismos de volta. Como no caso da pandemia, em que era preciso gastar, gastou-se, mas com o fim da pandemia era preciso ficar um tempo poupando, recuperar o balanço do governo, para que ele possa, inclusive, enfrentar outras emergências. E é preciso eliminar a política pró-cíclica. E depois vem a questão do tamanho do Estado, que era o foco do teto de gastos.

Valor: Para este ano, a reforma mais adiantada é a dos **tributos** indiretos. A economia seria afetada de imediato?

Arminio: Acho que sim. E creio que várias das reformas já feitas estão tendo impacto na produtividade e na economia. A reforma seria um fator de confiança, porque nosso sistema tributário é um manicômio completo. Aí vem o lado político: como o Congresso, com o perfil que tem, vai lidar com essas questões? Essa é outra encrenca.

Valor: O lado político deve pesar ainda mais na tentativa de mudar o imposto de renda. Dá para contar com uma reforma?

Arminio: Qualquer reforma não vai ser aplaudida de pé e resolvida com uma votação simbólica, unânime. Tornar o IR mais progressivo é um desafio antigo. Não podemos contar com uma reforma, mas é preciso tentar.

-

"A gestão de caixa do governo tem que mudar"

O economista José Luis Oreiro, da Universidade de Brasília, ressalta o custo financeiro causa da indexação:

Valor: Como lhe parecem as primeiras medidas anunciadas pelo ministro Haddad?

José Luis Oreiro: Elas buscam dar uma espécie de satisfação ao mercado, ou seja, expressar que o governo não é irresponsável, está preocupado com o equilíbrio fiscal, quer reduzir o déficit primário. Acho que muitas não vão gerar o impacto previsto. O déficit deve ficar em 1%. No fundo, a intenção é ganhar tempo, até ter uma estratégia fiscal mais consistente, que terá que passar pelo aumento de **impostos** ou pela redução do gasto tributário. Ou as duas coisas, que seria o ideal.

Valor: Do lado do gasto, há uma ênfase em revisões

de contrato. É factível?

Oreiro: É possível revisar contratos, mas a parte contratada tem que aceitar. Para tanto, será preciso admitir que os contratos têm sobrepreço, o que não tem nada a ver com corrupção: as empresas que prestam serviços ao governo sabem que ele é mau pagador. Atrasa, tem contingenciamento, não libera. Então já embutem no preço uma certa margem. A revisão pode trazer uma economia expressiva se o governo oferecer como contrapartida a garantia de pagar em dia. A gestão do caixa do governo tem que mudar. Os contingenciamentos são arcaicos, como se o governo não pudesse se financiar. Temos que aprimorar a elaboração da LOA e do plano plurianual.

Valor: O sr. diz que não basta tratar o problema fiscal só a partir do resultado primário. Porquê?

Oreiro: O debate fiscal ignora o problema financeiro, o que leva a interpretações erradas. Por exemplo, ano passado diz-se que as contas ficaram no azul. Não ficaram. O que se obteve eliminando o déficit primário foi mais do que compensado com o aumento do gasto com juros. As projeções para 2023 falam de R\$ 700 bi em pagamento de juros. Em 2022, deve ter sido algo como R\$ 550 bi. Como a Selic média vai ser mais alta, o aumento é de uns R\$ 150 bi. Estamos enxugando gelo. Fazemos superávit primário para estabilizar a dívida, mas a conta de juros aumenta e a dívida também.

Valor: O que podem as medidas anunciadas?

Oreiro: Calculei o superávit primário necessário em 2023 para que a dívida feche o ano no mesmo nível que em 2022. O cenário mais benigno exigiria um superávit de 2%. As medidas anunciadas não chegam nem perto. Mal cobrem o aumento de gasto com juros. Mesmo se for possível zerar o déficit primário, grosso modo a dívida pública aumentaria 7 pontos percentuais do **PIB**. É complicado estabilizar a dívida olhando só para a despesa primária.

Valor: Algo poderia ser feito no curto prazo para reverter essa tendência?

Oreiro: No curto prazo, a única coisa que se poderia fazer seria aumentar **impostos**. Conseguir uma redução sustentável da conta de juros implica uma reforma monetária, a reforma inacabada do Plano Real: seria a desindexação geral da economia. Sem ela, não tem como obter taxas de juros estruturalmente mais baixas. A política monetária é pouco eficaz no Brasil e por isso o patamar dos juros é exorbitante. Para manter a **inflação** na meta, a dosagem de juros deve ser enorme. Uma das razões fundamentais é a persistência da indexação. O Plano

Real proibiu a indexação de contratos com prazo inferior a um ano, mas é preciso que os mais longos também sejam desindexados. Com contratos indexados, a moeda nacional perde a função de unidade de conta.

Valor: Uma medida que o sr. sugere é reduzir as LFTs na composição da dívida. Como conseguir isso?

Oreiro: Seria feito por intermédio do plano de gestão da dívida pública, elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Cerca de 50% da dívida bruta federal, hoje, é indexada à Selic, porque é composta de LFTs e operações compromissadas. Um dos problemas resultantes é o contágio da política monetária sobre a dívida: quando os juros sobem, o custo de carregá-la aumenta logo. Se ela fosse 100% prefixada, o custo de rolagem aumentaria gradualmente, na medida em que títulos que vencessem fossem substituídos por novos. Outro problema é o efeito-ri-queza: normalmente, quando um BC sobe os juros, o valor da riqueza cai, o que tem impacto contracionista. Aqui, é o contrário: quem tem aplicações financeiras aumenta a capacidade de consumo. O Tesouro deve ter visão de longo prazo: quando a Selic cair, em vez de reduzir o custo de carregamento da dívida rapidamente, deve aproveitar para zerar o estoque de LFTs.

Valor: Em seu discurso de posse como ministro do Desenvolvimento, o vice-presidente Geraldo Alckmin retomou o tema da reindustrialização, já abordado por Lula. Algo nessas primeiras semanas aponta nessa direção?

Oreiro: Por ora, só o discurso. A reindustrialização vai exigir um aumento significativo do investimento público. Antes de mais nada, temos que mudar nossa matriz energética, reduzindo o percentual de energia gerada com usinas térmicas e aumentando o emprego de eólicas e solares. Redigi, quando estava na equipe de transição, uma meta para o Plano Plurianual de reduzir à metade a participação da matriz térmica. Outro ponto seria expandir o transporte ferroviário, não só de carga, mas também de passageiros, porque querosene de aviação emite muito CO<sub>2</sub>, assim como os caminhões. Outro ponto é que a indústria passou por vários anos de baixo investimento e o estoque de capital está velho. O BNDES poderia ter um programa de crédito para modernizá-lo. Para evitar cometer os erros do passado, esse crédito poderia ser condicionado à obtenção de metas de exportação e fatias do mercado mundial.

-

"Um ajuste fiscal mais forte poderia repetir 2015"

O economista Luiz Fernando de Paula, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Valor: Que sinais o governo envia com as medidas anunciadas pelo ministro Haddad?

Luiz Fernando de Paula: Ele quis mostrar que vai fazer um ajuste fiscal que não vai ser radical. Há um aumento de gastos já contratado, então Haddad indica que haverá um certo ajuste. O governo entrou agora e está sendo muito cobrado, até de forma precipitada. Existe a expectativa de uma agenda redistributiva e é importante que se diga que o contexto é de uma economia que entra em desaceleração forte. Vai sair de um crescimento ao redor de 3% para algo como 0,8%. Um ajuste fiscal mais forte poderia repetir 2015, quando o governo não conseguiu fazer seu ajuste rápido porque a desaceleração se aprofundava, reduzindo as receitas.

Valor: Uma sinalização tem um receptor, que, no caso, é o mercado. Ele lê favoravelmente o anúncio?

De Paula: O mercado é muito volúvel. Minha impressão, por indicadores como o câmbio, é de que o mercado recebeu bem o pacote, que mostra uma preocupação do governo de fazer algum tipo de controle sobre os gastos. O mercado faz uma pressão forte e o governo vai ter que caminhar num fio de navalha, porque o equilíbrio político é tênue.

Valor: Na melhor das hipóteses, as medidas entregariam um pequeno superávit. É realista ?

De Paula: Tem um certo "wishful thinking". É difícil avaliar quanto se pode economizar com revisão de contratos, por exemplo. O programa litígio zero é interessante, embora se possa criticá-lo porque esse tipo de iniciativa estimula a pessoa jurídica a não pagar e esperar o momento da renegociação. É um Refis generoso, que isenta PJs de pagamento de juros e multa. Mas acho válido, porque o passivo é estimado em R\$ 1 trilhão. Se isso puder ser trazido para a arrecadação, é positivo.

Valor: A carta que o sr. endereçou ao presidente Lula em novembro, em parceria com outros economistas, enfatizou a estabilidade do risco-país em momentos de expansão fiscal. O índice tem ficado entre 240 e 280 pontos desde o ano passado, apesar de turbulências políticas e controvérsias econômicas. A que se deve a estabilidade?

De Paula: A situação mudou muito desde 2003, quando Lula assumiu pela primeira vez. Um elemento é o nível das reservas cambiais, hoje quase dez vezes maior. O BC tem capacidade de intervir no mercado de câmbio e tem solvência. Não há maiores problemas no



setor externo. O mercado de dívida é seguro. Com a economia voltando à normalidade, serviços voltando a rodar, fundamentos razoavelmente bons, não tem por que o risco-país piorar.

Valor: O setor externo está turbulento: as economias centrais podem entrar em recessão e estão aumentando o juro, sem falar na guerra na Ucrânia. Pode ser uma ameaça?

De Paula: A situação é mais difícil do que em 2003, certamente. A China relaxou as medidas de isolamento social, o que pode impulsionar um crescimento, mas há uma expectativa de que os EUA e a Europa entrem em recessão. A economia brasileira é muito suscetível ao cenário internacional, mas temos a expectativa de um superávit comercial de US\$ 72 bi. Infelizmente, é mais por causa da desaceleração, que reduz as importações. É um ajuste não tão virtuoso como se fosse pelo lado das exportações. Enfim, não vejo o cenário externo como calamitoso.

Valor: Onde estão as maiores ameaças?

De Paula: Um ponto importante é o endividamento das famílias, que aumentou muito. O total da dívida das famílias, em proporção à da renda acumulada em 12 meses, passou de 40% a 50% entre 2020 e 2022. Embora o desemprego tenha caído, a renda, os salários, não estão crescendo. As famílias se endividam para manter o nível de consumo. Com a taxa de juros alta, isso é um problema. A inadimplência está aumentando e os bancos sinalizam que vão reduzir o crédito. Por isso, é preciso que a redução dos juros comece no meio do ano, com o arrefecimento das pressões inflacionárias, combinado com o ajuste fiscal light.

Valor: E quanto às pressões de gasto?

De Paula: No gasto, o governo vai ter que ser bastante seletivo. É complicado, por causa da pressão para reajustar os salários dos servidores, congelados há anos. Alguns gastos têm mais efeito multiplicador que outros, então é preciso escolher bem onde se vai gastar. Definir os programas e projetos a financiar, para dar um gás numa economia que aponta para a desaceleração. Tem projetos de infraestrutura, por exemplo, ou a construção civil, que é intensiva em trabalho.

Valor: Ao tomar posse no Ministério do Planejamento, Simone Tebet falou em "divergências" e "sinergia" na equipe econômica. Como lhe parece a composição do ministério?

De Paula: Lula repetiu o que tinha feito no primeiro mandato, quando teve um ministro da Fazenda

ortodoxo (Antonio Palocci) e um ministro do Planejamento heterodoxo (Guido Mantega). Agora é o contrário, embora Haddad esteja longe de ser heterodoxo. Tem um contraponto e Lula vai fazer a arbitragem. Ele gosta de fazer isso: alimentar o contraditório e ficar arbitrando. Mas a questão central para o longo prazo é outra.

Valor: Qual?

De Paula: Se termos um governo que tenta apenas fazer uma transição política e econômica suave, para normalizar a situação do país, melhorar as políticas públicas e os programas sociais, retomar o que foi dilapidado; ou se o governo vai ser capaz de estabelecer uma política estruturante de longo prazo. Aí entrariam as questões de arcabouço fiscal, transição energética e política industrial.

-

"As grandes balas de prata já foram usadas"

O pesquisador Manoel Pires, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, diz que o ajuste vai exigir paciência:

Valor: O pacote apresentado dá indicações de como o governo enxerga o equilíbrio fiscal?

Manoel Pires: O pacote marca uma mudança de paradigma na condução do ajuste fiscal. Desde 2016 existe o diagnóstico de que boa parte do problema de equilíbrio fiscal resulta do crescimento do gasto. Foi feito o teto e começou uma corrida para reformar as despesas. Isto abriu espaço para reduzir os juros, mas levou o governo a ter menos cuidado na gestão tributária. Começaram a crescer muito as desonerações e as derrotas do governo em temas tributários no Congresso e no Supremo. Na apresentação das medidas, Haddad mostrou como cresceram os litígios tributários nos últimos anos. Agora a dosagem está sendo alterada. No primeiro momento, o pacote foca mais em receitas do que em despesas.

Valor: Como as medidas da semana passada se relacionam com a PEC da transição?

Pires: O governo ganhou a eleição com uma agenda de atuação estatal diferente do anterior. Várias áreas terão aumento de gasto: proteção social, educação, saúde, ciência, cultura. A PEC da transição traz alguns desses gastos e causa pressão na dívida pública, em um cenário que já era delicado. Por isso, havia a preocupação sobre como esse pacote vai ser financiado. Assim, o contexto do pacote é a combinação entre, de um lado, a necessidade urgente

de apresentar uma fonte de financiamento para o aumento de gastos e, de outro, a percepção de que o ajuste tem que vir com um equilíbrio diferente de despesas e receitas.

Valor: Como lhe parece o fato de que o pacote puxa mais para o lado das receitas?

Pires: É natural. A equipe econômica acaba de assumir, com uma clara divisão de tarefas. A Fazenda vai cuidar da questão financeira, do controle de caixa, e nas reformas estruturais vai dar ênfase à tributária. O Planejamento tem preponderância na discussão das despesas, possivelmente com uma reforma orçamentária. Virá um plano de revisão de gastos, um planejamento fiscal de longo prazo. Nessas circunstâncias, o primeiro pacote deveria mesmo vir com foco no aumento de arrecadação. Vamos ter que ter paciência com o ajuste. As grandes balas de prata, que geram economia significativa, já foram: a reforma da Previdência, o saneamento das contas públicas, desde 2015, com redução de subsídios e a mudança no seguro-desemprego. Esta outra etapa do ajuste, do lado da despesa, estudando os programas para ver onde tem potencial de reforma, vai ser gradual.

Valor: O ajuste é escalonado?

Pires: Podemos ver, grosso modo, o desenho das etapas da busca de sustentabilidade fiscal. A primeira foi a PEC da transição, visando reduzir os riscos fiscais ou incorporá-los no orçamento. A segunda é esse pacote. Agora, temos algumas expectativas. Como esse pacote vai desempenhar? As medidas vão ser aprovadas? Vão ter o impacto projetado? Outra expectativa diz respeito ao desenho da regra fiscal. Uma vez feito o primeiro pacote, a regra deve ser a prioridade do ministério, porque a LDO precisa ser feita em abril e o ideal é já conhecer a regra. Talvez não dê tempo, porque o Congresso começa a trabalhar de verdade em março. Depois, temos a expectativa com o trabalho da equipe do Planejamento: como vai ajustar o orçamento pelo lado da despesa, como as primeiras iniciativas vão ser anunciadas e implementadas.

Valor: O que é possível conseguir com a revisão de gastos do Ministério do Planejamento?

Pires: Alguns países tiveram resultado relevante com essa revisão e outros fracassaram feio. A Itália e o México são casos famosos de revisão que não produziu mudança significativa. Em geral, os países conseguem fazer os estudos: pessoas são contratadas para avaliar políticas e avaliam. Já fazemos isso, em parte, com o CMAP (Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas). O problema é a passagem da análise técnica à decisão política, que

precisa de apoio do governo. Quando ela funciona, pode-se obter uma economia relevante, de 1% ou 2% do **PIB**. Esperamos que isso aconteça no Brasil.

Valor: O ministro considera improvável que o impacto total das medidas seja atingido. Com que podemos contar?

Pires: É difícil estimar o impacto de algumas delas, porque não se sabe como as pessoas vão reagir. Nunca sabemos quantas pessoas vão aderir ao Refis, por exemplo, ou se vão começar a pagar e depois deixai de pagar. O ministro foi realista quando divergiu dos dados apresentados, dizendo que ficaria satisfeito com 1% de ajuste. O maior risco de o impacto não se materializar, para mim, está na revisão de contratos. R\$ 25 bilhões é muito. Mas como isso inclui a revisão dos programas, creio que o Cadastro Único está incluído. Algumas pessoas dizem que nesse ponto há até R\$ 20 bi. Mesmo assim, é um processo que leva tempo.

Valor: Há risco de que fatores não considerados aumentem o déficit?

Pires: Uma coisa importante desse pacote é o grupo de trabalho criado para lidar com riscos fiscais. O maior problema aí é o dos precatórios. Fizemos um estudo sobre esses riscos no ano passado. São elementos que, caso materializados, trariam problemas. Por exemplo, o governo se vangloriava do resultado fiscal positivo, mas muito disso era resultado de coisas que ele não controlava, como a receita do petróleo. Uma queda do preço do petróleo reduziria a receita fiscal. Esse era um risco. Os precatórios que deixaram de ser pagos desde a PEC de 2021 configuram um calote de R\$ 50 bi, que vai ter que ser pago até 2026. Só que quando a regra foi criada, o governo melhorou o resultado fiscal, mas não criou nenhuma medida para controlar a bola de neve dos precatórios. Esse grupo de trabalho vai ter três anos para estancar a sangria.

- "Um ponto importante é o endividamento das famílias, que aumentou muito", diz Luiz Fernando de Paula

- Fernando Haddad classificou o déficit primário deste ano, estimado em R\$ 231,5 bilhões, como "absurdo"

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187438>

# Contribuição do MEI sobe para R\$ 65,10

A manutenção do salário mínimo em R\$ 1.302 pelo menos até maio, anunciada pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o cálculo da contribuição de microempreendedores individuais (MEI) para a **Previdência Social** vai mudar. O valor, que subiria para R\$ 66 caso vigorasse o mínimo de R\$ 1.320 estipulado pelo Orçamento, agora ficará em R\$ 65,10.

O aumento, de 7,43%, segue o reajuste do salário mínimo, que passou de R\$1.212 no ano passado para R\$1.302 este ano, conforme estipulado por medida provisória editada em dezembro pelo governo anterior.

O reajuste valerá apenas para os boletos com vencimento a partir de 20 de fevereiro. A cota deste mês, que vence em 20 de janeiro, continuará a ser paga pelo valor antigo, de R\$ 60,60.

Para os MEIs caminhoneiros, que contribuem mais para a **Previdência Social**, o valor passará de R\$ 145,44 para R\$ 156,24. Caso o salário mínimo passasse para R\$ 1.320, o valor subiria para R\$ 158,40.

Após a reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com as centrais sindicais, na última quarta-feira, em Brasília, Marinho afirmou que o salário mínimo não será reajustado para R\$1.320 antes de maio.

"Hoje é R\$ 1.302 e, em maio, pode ser que haja alteração a partir do trabalho que vamos construir [em conjunto com as centrais sindicais]", declarou o ministro.

Na ocasião, o presidente Lula indicou que pretende retomar a política de reajuste que vigorou entre 2011 e 2019, com o salário mínimo subindo pela **inflação** do ano anterior mais o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**, soma dos bens e dos serviços produzidos). Ainda não está claro se a variação do **PIB** considerará o crescimento de dois anos antes ou do ano imediatamente anterior, segundo a Agência Brasil.

**RECOLHIMENTO** Os profissionais autônomos com regime tributário e previdenciário simplificado, os microempreendedores individuais recolhem 5% do salário mínimo por mês para o **INSS**. Já os MEIs caminhoneiros contribuem com 12% do salário mínimo. O restante da contribuição mensal varia conforme o ramo de atuação do empreendedor.

Os trabalhadores que exercem atividades ligadas ao comércio e à indústria pagam R\$ 1 a mais referente ao

ICMS, administrado pelo estado onde moram. Os profissionais que executam serviços recolhem R\$ 5 a mais de ISS, administrado pelo município onde habitam.

Ao contribuírem para o **INSS**, os microempreendedores individuais passam a ter direito à aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, auxílio-reclusão e pensão por morte. Além disso, a **Receita Federal** fornece um Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) aos MEIs, que podem emitir notas fiscais e obter crédito com condições especiais.

O boleto mensal do Documento de Arrecadação Simplificada do MEI (DAS-MEI) é gerado no Portal do Empreendedor. As parcelas vencem no dia 20 de cada mês.

## NÚMERO

R\$1.302 Valor do salário mínimo que entrou em vigor no dia 1º de janeiro e deve valer até maio, quando poderá passar para R\$1.320.

R\$156,24 Contribuição do MEIs caminhoneiros, que pagam mensalmente mais para a **Previdência Social**, passará de R\$145,44 para R\$ 156,24.

5% É quanto os microempreendedores individuais recolhem 5% do salário mínimo todo mês para o **INSS**

**Site:** <https://flip.odia.com.br/edicao/imprensa/10857/20-01-2023.html>

# Endividamento recorde

Endividamento das famílias chegou a um patamar inédito no Brasil em 2022. Segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) divulgado nesta quinta-feira, 77,9% dos consumidores fecharam o ano com alguma dívida a vencer - o quarto recorde consecutivo.

O valor representa um aumento de sete pontos percentuais em relação a 2021, quando a taxa foi de 70,9%. O cenário atual é reflexo do aumento do endividamento das famílias durante a pandemia, que agora precisam carregar dívidas caras num período de **inflação** alta e taxa de juros elevada. Os dados integram a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), que consultou cerca de 18 mil pessoas em todas as capitais do Brasil e Distrito Federal.

O levantamento usa o mesmo conceito de dívida do Banco Central, que considera todos os valores a vencer contratados com instituições financeiras -cartão de crédito, cheque especial e carnê de loja, por exemplo. Os dados, portanto, não necessariamente significam que as contas estejam atrasadas. A proporção de pessoas com contas a pagar no Brasil subiu 14,3 pontos em relação a 2019, antes da pandemia. A série histórica mostra como a crise sanitária mudou a tendência que vinha se desenhando no Brasil.

Antes, o endividamento seguia tendência de queda, especialmente entre os mais pobres. Agora o cenário é oposto. Em relação a 2021, as dívidas cresceram com mais intensidade nas faixas de renda mais baixas. O levantamento da CNC mostra que 78,9% das pessoas que recebem menos de dez salários mínimos têm contas a pagar. Na faixa superior, a taxa é de 74,3%.

A pesquisa também detalhou o perfil do brasileiro endividado hoje.

A maioria das pessoas são mulheres, com até 35 anos, ensino médio incompleto, renda de até dez salários mínimos e que moram nas regiões Sul e Sudeste do país.

Endividamento freia crescimento econômico Outro problema revelado pela pesquisa é a quantidade de pessoas com nível muito elevado de contas a pagar. Nunca antes tantas pessoas (17,6%) disseram estar superendividadas, ou seja, com vencimentos que comprometem boa parte da renda.

Renda comprometida Na média, a cada R\$ 1.000 recebidos, o brasileiro gastou R\$ 302 com o pagamento de dívidas. No entanto, um a cada cinco consumidores (21,5%) precisou usarmais da metade da renda para arcar com as obrigações financeiras.

Guilherme Mercês, diretor de economia e inovação da CNC, lembrou que o endividamento foi assunto recorrente durante a campanha eleitoral, dado a sua importância para o crescimento econômico do país.

Ele destaca que a necessidade de carregar dívidas muito caras causa um aperto no orçamento familiar o que, por sua vez, impede o aumento do consumo, mitiga efeitos de programas de transferência de renda e prejudica a retomada do mercado de trabalho. A consequência disso é um constrangimento no crescimento econômico do Brasil.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou que pretende lançar um programa para tratar do assunto .

Em coletiva para divulgação dos dados da CNC, Mercês destacou que o superendividamento é um problema que atinge tipicamente as famílias de baixa renda, e aproveitou para vincular o tema com a atual discussão sobre contas públicas.

## SAIBA MAIS

» Cobrado sobre os compromissos que terá com a responsabilidade fiscal, o presidente vem defendendo a importância da responsabilidade social.

Economistas, porém, argumentam que os assuntos não são necessariamente antagônicos.

» Para CNC, programas de renegociação de dívidas são fundamentais para estancar a angústia dos brasileiros endividados .

**Site:** [https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-2e74a7ac5ae99bce3c891f74bcbfd0ee.pdf](https://cdn-acervo.sflip.com.br/temp_site/issue-2e74a7ac5ae99bce3c891f74bcbfd0ee.pdf)

# Desemprego recua para 8,1% em novembro, menor taxa desde 2015

**CAROLINA NALIN** *carolina.nalin@infoglobo.com.br*

Influenciada pelo aumento de trabalhadores em postos formais, a taxa de desemprego caiu para 8,1% no trimestre terminado em novembro - um recuo de 0,9 ponto percentual frente aos três meses anteriores (8,9%) -, atingindo o menor índice desde abril de 2015. Com isso, o país tinha 8,7 milhões de brasileiros à procura de uma vaga, o menor contingente desde o trimestre terminado em junho de 2015. Os dados são da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada ontem pelo IBGE.

Segundo a coordenadora do IBGE Adriana Beringuy, a principal contribuição veio do aumento de trabalhadores formais no setor privado.

- Desde o segundo semestre de 2021, observamos o crescimento dessa categoria. É um registro importante, uma vez que não apenas indica o aumento do número de trabalhadores, mas sinaliza a redução na informalidade da população ocupada.

A taxa de informalidade foi de 38,9% da população ocupada (ou 38,8 milhões de trabalhadores informais) contra 39,7% no trimestre encerrado em agosto. O índice está no menor nível desde o trimestre encerrado em novembro de 2020 (38,7%).

O rendimento, por sua vez, subiu 3%, para R\$ 2.787. Segundo o IBGE, a redução da **inflação** no período e a geração de postos com remuneração maior contribuíram para uma melhora no rendimento médio.

Para Rodolpho Tobler, economista do FGV/Ibre, o resultado confirma a melhora que o mercado de trabalho experimentou ao longo de 2022. Mas a desaceleração já é percebida, e o cenário reflete o desafio para o mercado de trabalho em 2023, diz: - A população ocupada avança mais lentamente, e a renda ainda tem uma dificuldade de ser recuperada. Os números de Black Friday e Natal mostram que o fim de ano não foi tão forte, e isso amplia as chances de uma menor efetivação de temporários.

# Lula reforça críticas à autonomia

**Simone Schmidt**

O presidente Lula voltou a criticar o Banco Central pela política de juros e **inflação**. Ao reprovar novamente ontem o fato de a autoridade monetária ser independente, o que considerou "bobagem", disse perceber descompasso entre a Selic e o IPCA, índice oficial de **inflação**. Já na quarta feira o presidente havia criticado a meta de **inflação** estabelecida pelo Comitê Monetário Nacional, assinalando que esta obrigaria a um "arrocho".

Após os comentários, o pregão da Bolsa fechou com alta de 0,62%. O dólar encerrou em R\$ 5,0717, avanço de 0,16%.

"Qual a explicação para a gente ter juro de 13,5%? O Banco Central é independente, a gente poderia nem ter juros", avaliou ele em encontro com reitores de universidades. "A **inflação** está em 6,5%, 7,5%", acrescentou. A taxa de juro Selic, na verdade, está em 13,75%. O IPCA fechou 2022 em alta de 5,79% ante 2021.

Aprovada pelo Congresso em 2021, a autonomia formal do Banco Central estabelece, entre outros pontos, mandatos fixos para a diretoria, o que reduziria a influência política sobre dirigentes que determinam o patamar da Selic. Com esse instrumento, o BC controla a quantidade de dinheiro na economia e o impacto sobre os preços. Além disso, a autonomia é vista como positiva para o mercado, em especial para investidores internacionais.

Em tese, com mandatos fixos os diretores do BC manteriam a continuidade da política monetária independentemente do presidente eleito.

**Site:** [https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp\\_site/issue-f6c2a0c4b566bc99d596e58638e342b0.pdf](https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-f6c2a0c4b566bc99d596e58638e342b0.pdf)

# Em resposta a críticas, Campos Neto diz que autonomia reduz volatilidade

**THAÍS BARCELLOS EDUARDO RODRIGUES BRASÍLIA**

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, saiu ontem em defesa da independência do Banco Central formalizada em lei, alvo de críticas presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, essa condição ajuda a diminuir a volatilidade do mercado.

Campos Neto lembrou que a independência foi votada pelo Congresso e chancelada pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

"Eu acho que, em muitas entrevistas, as coisas são tiradas de contexto. De um lado, Lula se orgulha de Henrique Meirelles ter sido independente no BC e, de outro, diz que acha que não precisa da lei, porque ele garante a independência sem lei. Mas, olhando para o Brasil, vemos que o mercado seria muito mais volátil se não houvesse a independência em lei. Seria uma questão que adicionaria mais volatilidade na curva longa de juros", afirmou ele, em palestra na UCLA Anderson School of Management, em Los Angeles (EUA).

Campos Neto citou o exemplo do Peru, que tem passado por distúrbios sociais e trocas de governo sem que o seu Banco Central tenha sido afetado.

O presidente do BC repetiu que ficará no cargo até o fim do seu mandato, em 2024.

"O Congresso brasileiro votou pela independência e o STF chancelou que essa seria a melhor forma de organização. A independência não é um desejo só do Banco Central. Temos de responder ao desejo dessas pessoas que votaram essa lei e mostrar que vamos seguir independentes", completou.

O presidente do BC também afirmou que a queda da **inflação** registrada nos últimos meses decorreu do corte de **impostos** sobre combustíveis e energia elétrica - medida adotada pelo então presidente Jair Bolsonaro à vésperas da eleição.

"A **inflação** estaria em 9%, e não em 5,8% se não fosse essa redução de **impostos**", disse ele.

Em entrevista dada na quinta-feira à GloboNews, Lula criticou a manutenção da Selic em 13,75% ao ano,

enquanto a **inflação** já está rodando abaixo de 6%. Campos Neto lembrou que mesmo as autoridades monetárias de países desenvolvidos estão subindo mais os juros para conter o movimento inflacionário global.

"Entendemos que nossa taxa de juros está alta", admitiu.

"Mas não manejamos curva futura, só meta a Selic. Não ajudaria em nada cortar juro de curto prazo, porque os investimentos usam taxas de longo prazo." |

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Greve contra reforma da Previdência paralisa a França

A França ficou paralisada ontem, quando centrais sindicais de diversas categorias convocaram a maior greve geral dos últimos 12 anos em resposta à proposta de reforma da Previdência apresentada pelo governo de Emmanuel Macron, que pretende aumentar a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64 anos. Ruas foram bloqueadas e trens e metrô ficaram fora de circulação, enquanto mais de 1 milhão de manifestantes tomaram as ruas de todo o país, segundo o Ministério do Interior.

**ADESÃO.** De acordo com os líderes sindicais, 70% dos professores da educação primária e 65% da educação secundária aderiram à greve - números que o Ministério da Educação rebaixa para 42,35% e 34,66%. Em Paris, uma linha de metrô foi completamente interrompida, e outras 12 funcionaram apenas parcialmente, enquanto o número de trens também foi reduzido. No Aeroporto de Orly, por volta de 20% dos voos foram cancelados e empresas aéreas alertaram para o risco de atrasos. A gestora de energia francesa RTE informou que a produção de energia no país caiu o equivalente a duas vezes o consumo de Paris, alertando os grevistas a não reduzirem ainda mais.

O Palácio de Versalhes foi fechado, enquanto a Torre Eiffel alertou sobre possíveis interrupções e o Museu do Louvre disse que algumas salas de exposições permaneceriam fechadas.

A última grande mobilização que reuniu as diversas - e quase sempre dissonantes - centrais sindicais francesas havia ocorrido em 2010, quando o governo do conservador Ni-colas Sarkozy também propôs uma mudança previdenciária. Na época, Sarkozy conseguiu aumentar a idade mínima de aposentadoria de 60 para 62 anos.

"Quando todos os sindicatos estão de acordo, algo pouco comum, é porque o problema é muito grave", disse o secretário-geral do sindicato CGT, Philippe Martinez, em entrevista.

**POLICIAIS.** Sindicatos de policiais contrários ao projeto de aposentadoria também participaram dos protestos, enquanto unidades de plantão atuaram nas cidades para conter possíveis distúrbios e a atuação de grupos extremistas e violentos. Em Paris, houve confronto entre manifestantes e forças policiais.

Reformar o sistema de Previdência da França é um objetivo antigo de Macron, que suspendeu a tramitação de uma reforma anterior no começo de 2020 por causa do avanço da pandemia da covid-19. Depois de anos de crise, com os protestos sociais liderados pelos coletes amarelos, pandemia e **inflação**, o jornal Le Parisien aponta que a reforma representa um "teste decisivo" para Macron sobre seu mandato e sobre "a marca que deixará na história".

**PROJETO.** O plano atual prevê, além do aumento da idade mínima de aposentadoria, o aumento do tempo mínimo de contribuição para aposentadoria integral (de 42 para 43 anos). Há dispositivos diferenciados para quem começou a trabalhar antes dos 20 anos e para aqueles que interromperam suas carreiras por motivo de saúde ou pessoais - como no caso de mulheres que ficaram períodos sem trabalhar para cuidar dos filhos.

Segundo pesquisa da Ipsos, embora 81% dos franceses considerem necessária algum tipo de reforma previdenciária, 61% rejeitam o texto atual. Além disso, 58% dos entrevistados disseram apoiar o movimento grevista.

A rejeição ao projeto é tão grande que, além de reunir as dissonantes centrais sindicais - colocou de um mesmo lado partidos da extrema esquerda e da extrema direita francesa.

## Histórico

Greve geral é a maior na França desde 2010, quando Sarkozy ampliou para 62 anos idade de aposentadoria